



**PG040 - PROJETO DE FOMENTO AO CAR PRA**

FUNDAÇÃO  
**renova**

**Definição do Projeto**  
**OUTUBRO/2017**

## CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROJETO

Data	Id	Resumo da mudança
06/10/2017		Revisão da definição do programa de CAR e PRA aplicada ao programa de retomada

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>VISÃO GERAL DO PROJETO .....</b>	<b>1</b>
2.1	Objetivos específicos .....	1
2.2	Requisitos .....	1
2.3	Premissas .....	1
2.4	Restrições .....	2
<b>3</b>	<b>ESCOPO DO PROJETO .....</b>	<b>2</b>
3.1	Definição do Escopo .....	2
3.1.1	Macro Fluxo de Fomento ao CAR e PRA .....	4
3.1.2	Cadastro Ambiental Rural .....	4
3.2	Fundão a Candonga - Território 1 .....	5
3.3	Candonga a Regência - Território 2 .....	6
<b>4</b>	<b>PLANO DE EXECUÇÃO DO PROJETO .....</b>	<b>7</b>
4.1	Metodologia .....	7
4.2	Planejamento .....	1

## **1 OBJETIVO GERAL**

Contribuir para a adequação ambiental dos imóveis rurais, conforme preconizam as normativas ambientais, em especial no atendimento ao Novo Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651/2012, por meio de apoio técnico para elaboração e retificação do Cadastro Ambiental Rural - CAR, e adesão e apoio para a implementação do Programa de Regularização Ambiental - PRA.

## **2 VISÃO GERAL DO PROJETO**

### **2.1 Objetivos específicos**

- Elaborar ou apoiar na elaboração o CAR e o PRA de todos os proprietários de imóveis participantes do programa de Retomada das Atividades Agropecuárias;
- Subsidiar órgãos e instituições relacionadas com a regularização do PRA nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo com dados e informações provenientes dos programas da Fundação;

### **2.2 Requisitos**

- Lei Federal 12.651/2012 – Novo Código Florestal
- Decreto 7.830/2012 – Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural
- Decreto 8.235/2014 – Estabelece Normas Gerais Complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos estados e do DF

### **2.3 Premissas**

- Os prazos de fomento ao CAR e PRA apresentados correspondem a metas de conclusão das atividades e dependem da aderência dos proprietários. A Fundação não pode ser responsabilizada por atraso ou alteração dos planos que forem causados pelos proprietários dos terrenos, conforme disposto no Parágrafo Segundo da CLÁUSULA 183 do TTAC.
- Este programa deverá ser finalizado em março/2026, 10 (dez) anos da assinatura do TTAC, conforme Parágrafo Primeiro da CLÁUSULA 183.

- A meta anual do programa referente à implantação do PRA só será estabelecida após a devida regulamentação do PRA pelo Estado de Minas Gerais – a partir de quando teremos os parâmetros necessários para definir as linhas de implementação dos PRAs – e será composta pela somatória das metas dos PRA's homologados.

## **2.4 Restrições**

- É essencial que os proprietários deem anuência à implantação do CAR e façam adesão ao PRA.
- Regulamentação do PRA no Estado de Minas Gerais, de modo que a adequada consecução deste programa depende de alinhamento com o Estado de Minas Gerais para tratar da questão;

## **3 ESCOPO DO PROJETO**

### **3.1 Definição do Escopo**

O Novo Código Florestal estabeleceu regras para a regularização ambiental das propriedades com finalidade agrossilvipastoris, um grande avanço que permite aprimorar e expandir a produção agropecuária e, ao mesmo tempo, fomentar a conservação ambiental (Rodrigo C. A. Lima, 2016).

A qualidade e a quantidade de água podem ser o principal motivo para que um proprietário rural, seja ele agricultor, fruticultor ou pecuarista, promova a adequação ambiental de seu imóvel. Outro aspecto importante é a proteção do solo contra a erosão, pois somente um solo bem conservado e fértil garante a produtividade da terra no longo prazo. Nesse contexto, a manutenção da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente, juntamente com a conservação do solo e a diversificação da produção são os principais pilares da sustentabilidade econômica e ambiental nos imóveis rurais (MMA/SFB, 2010).

O Código Florestal está fundamentado em três pilares: o Cadastro Ambiental Rural (CAR); os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) estaduais, que nortearão o processo de regularização; e os Termos de Compromisso que conterão os compromissos de cada produtor. Esta legislação trouxe à tona a necessidade preeminente de recuperação das APPs e RL de forma obrigatória e auto declaratória. Ao realizar o cadastramento do imóvel rural no CAR e aderir ao Programa de Regularização Ambiental – PRA, o proprietário ou posseiro é informado da existência de passivos ambientais, e, caso haja necessidade de recuperação de faixas de APP e recomposição da RL deverá firmar um Termo de Compromisso visando estabelecer metas e prazo para o seu cumprimento.

Dentro do contexto de atuação da Fundação Renova, a recuperação das APPs e RL são de grande importância para o retorno das suas funções ecológicas, assim como é fundamental que haja adequação da produção agropecuária compatível com a conservação ambiental, com respeito às legislações ambientais, em cada um dos imóveis rurais, sendo o pressuposto para o cumprimento do TTAC.

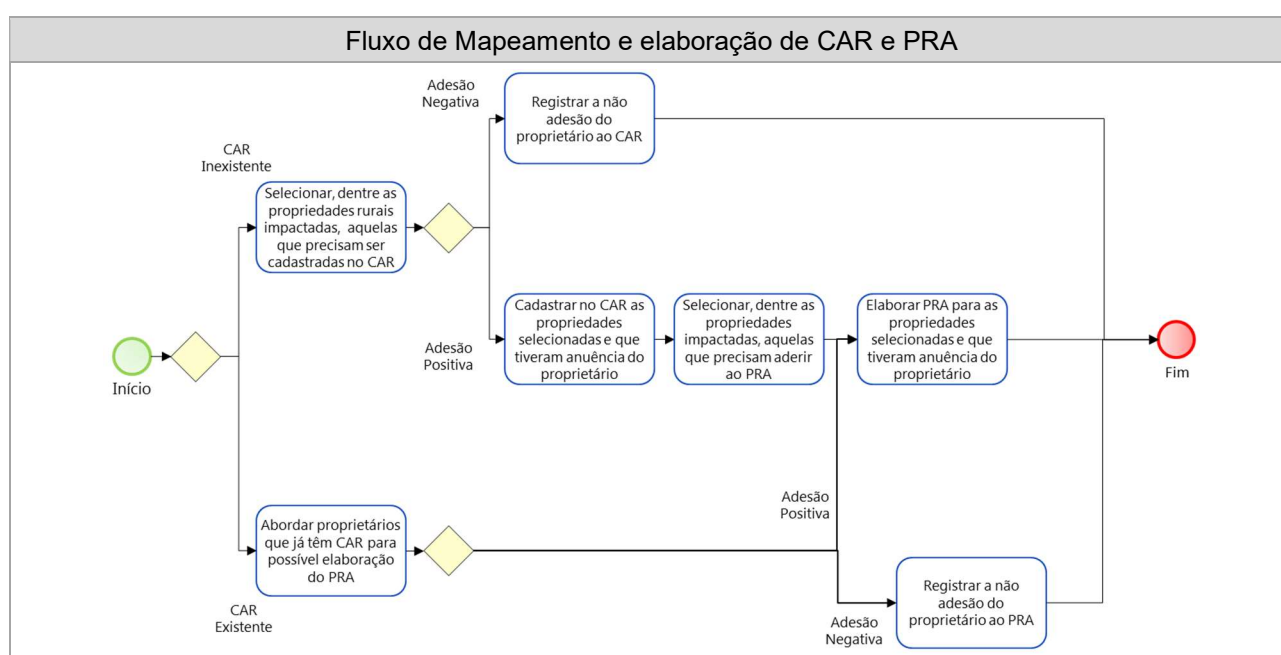
A adequação ambiental integra diversos Programas da Fundação Renova além do Programa de CAR e PRA, tem interface direta com os PG017 de Retomada das Atividades Agropecuárias, PG018 Diversificação da Economia Regional, PG023 Manejo de Rejeito, PG025 Revegetação e Enroncamentos e outros métodos, PG026 Recuperação de APPs, PG027 Recuperação de Nascentes. Esses programas devem atuar em sinergia ao planejarem e executarem as suas ações, evitando retrabalho, desperdício de recursos e tempo, visando resultados eficazes para ambos programas e soluções definitivas.

Para auxiliar o processo de adequação ambiental, serão trabalhadas as seguintes temáticas nas propriedades envolvidas nos programas da Fundação Renova.

- Cadastro Ambiental Rural - CAR
- Programa de Regularização Ambiental - PRA

- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA
- Reflorestamento / Restauração Florestal
- Pagamento por Serviços Ambientais – PSA
- Recuperação e Proteção de Nascentes
- Tratamento de resíduos / Saneamento Básico Rural

### 3.1.1 Macro Fluxo de Fomento ao CAR e PRA



Os fluxos detalhados de fomento ao CAR e PRA encontram-se no **anexo 01**.

### 3.1.2 Cadastro Ambiental Rural

Especificamente sobre o Cadastro Ambiental Rural, cabe aqui ressaltar a nomenclatura e classificação utilizada para planejamento e divulgação de dados relativos às ações da Fundação renova.

- **CAR Ativo** – Cadastro ativo no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)
- **CAR declinados** – imóveis rurais que não aderiram ao fomento do CAR e PRA pela Fundação Renova.
- **CAR em andamento** – Cadastros em elaboração ou retificação pela Fundação renova;
- **CAR Não aplicável** – imóveis não elegível ao CAR – reassentamento, área urbana, ilha, não proprietários, etc.

Para os cadastros ativos teremos ainda a seguinte classificação:

- **Não analisados** – Cadastros mapeados, mas que ainda não foram analisados para verificação de necessidade de correção/retificação pela Fundação renova;
- **Retificados** – Cadastros corrigidos pela Fundação renova para elaboração de diagnóstico e planejamento;
- **Ratificados** – Cadastros analisados e utilizados sem correção para elaboração de diagnóstico e planejamento.

### **3.2 Fundão a Candonga - Território 1**

Ao longo da calha dos principais rios atingidos nos municípios de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Ponte Nova e Rio Doce, foram identificados até o momento 246 imóveis sendo que 225 precisar ter o cadastro.

Até outubro de 2017, dos 225, 212 aderiram ao programa e terão seus cadastros utilizados para diagnóstico, criados ou retificados quando necessário. O CAR é então utilizado para elaboração do ISA, indicador que orienta a elaboração do plano de adequação, fechando o escopo de fomento ao CAR e PRA proposto para este programa.



### 3.3 Candonga a Regência - Território 2

No trecho entre Candonga e Regência serão mapeadas, até o primeiro trimestre de 2018, proprietários que se encaixam e desejam aderir ao programa de retomada de atividades agropecuárias.

O atendimento a essas propriedades ocorrerá caso haja impacto em atividades agropecuárias e o proprietário queira aderir ao programa. Conforme levantado pelo programa de cadastro, foram declarados pelos atingidos as perdas abaixo<sup>1</sup>.

<b>Perda total ou parcial de:</b>	<b>Propriedades</b>
Cultivos Agrícolas	1390
Infraestrutura rural	758
Pastagem	525
Animais	670
Bens Móveis	122
Sistema de Irrigação	432

*Tabela 01 – Dados da auto declaração de impacto em atividades agropecuárias no território 2*

Este impacto é verificado em visita técnica e registrado em laudo pericial para cálculo de indenização conforme metodologia destes programas. Para cumprimento do objetivo de fomento ao CAR e PRA, será realizado um processo de mobilização de produtores para cadastro e regularização ambiental de suas propriedades, acompanhada de assistência técnica para melhoria das técnicas de produção com foco em conservação de solo e água.

---

<sup>1</sup> Há sobreposição entre os quantitativos listados, ou seja, é possível o impacto em mais de uma classe de item dentro de uma mesma propriedade.

## 4 PLANO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

### 4.1 Metodologia

Para realizar a adequação ambiental dos imóveis rurais impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão é fundamental reconhecer o déficit de áreas de APP a serem recompostas, à luz do novo Código Florestal Brasileiro, sendo o primeiro passo o cadastramento no CAR e adesão ao PRA a ser fomentado pelo PG040.

As áreas sinalizadas pelo CAR passíveis de recuperação, devem ser tratadas de forma a diferenciar as APPs que tiveram deposição de rejeito, das APPs a recuperar sem deposição de rejeito, visando proposição de soluções adequadas para cada tipo de situação, com o planejamento da adequação ambiental pautado por imóvel rural, levando em conta o seu tamanho em relação à quantidade de módulos fiscais na definição da largura das faixas de APP a serem recuperadas.

Com a adesão ao PRA, o proprietário ou posseiro de imóvel rural poderá usufruir dos benefícios previstos no novo Código Florestal, como: metragens mais brandas de APP, possibilidade de compensação da RL, restauração de RL com plantio intercalado de 50% com espécies exóticas e 50% com nativas, suspensão de processos administrativos e criminais e a manutenção das atividades agrossilvipastoris consolidadas na sua propriedade (áreas convertidas até 22 de julho de 2008). Quem converteu áreas após essa data terá que cumprir a restauração integral das APPs e RLs. Ao aderir ao PRA, o proprietário evita também restrições comerciais e terá acesso a crédito agrícola e se beneficiar de programas governamentais de incentivo à produção e comercialização.

No entanto, a falta de regulamentação dos PRAs pelos estados inviabiliza o processo de regularização e cria insegurança para toda a cadeia produtiva (Rodrigo C. A. Lima, 2016). Além disso, sem regras claras, os PRAs podem gerar confusão sobre os passos

da regularização ou motivar discussões jurídicas que tendem a atrasar o processo de implementação do novo Código Florestal.

O produtor rural que não aderir ao PRA dentro do prazo não terá a possibilidade de regularizar sua propriedade com base nos benefícios previstos pelo Código Florestal e pelo PRA. Adicionalmente, com a não regularização de seus passivos, estará sujeito à responsabilização nas esferas administrativa (multas, embargos, suspensão das atividades), criminal (processo criminal com pena de prisão) e civil (ações civis públicas e Termos de Ajustamento de Conduta - TAC) (Rodrigo C. A. Lima, 2016). O produtor sofrerá também restrições oriundas do próprio mercado, que poderá exigir certidão de conformidade ambiental, enfrentar restrições a crédito, à participação em programas oficiais do governo, à comercialização legal de sua produção com outros entes da cadeia produtiva, dentre outras.

Enquanto não há regulamentação do PRA por parte do órgão ambiental competente do Estado de Minas Gerais, as ações de recuperação dos passivos ambientais de cada imóvel rural serão tratados pelos Planos de Adequação Socioeconômico e Ambiental – PASEA, produto do PG017 que visa o planejamento das ações necessárias para o retorno das atividades agropecuária e para que a mesma atinja o índice de sustentabilidade desejável, medido por meio da aplicação dos Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas - ISAs.

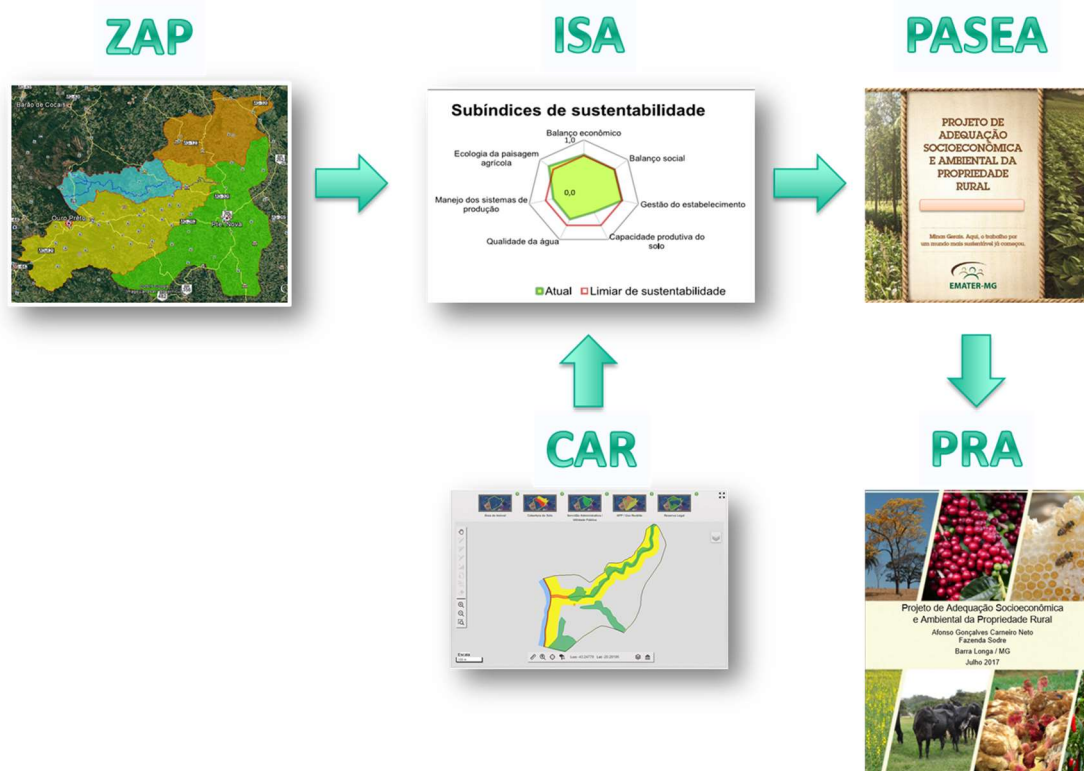
Os PASEAs irão integrar e interagir com os Programas afins na execução das ações de reparação dos imóveis rurais diretamente impactados, além do PG018 de Diversificação da Economia Regional, visando arranjos da cadeia produtiva da agricultura familiar.

Somente quando o PRA for regulamentado e os CARs validados pelo órgão ambiental competente, as ações contempladas no PASEA serão incorporadas ao Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA para aprovação e assinatura do Termo de Compromisso com o referido órgão ambiental.

Após a celebração do Termo de Compromisso, passa-se a segunda fase do processo de adequação ambiental, que é o controle e monitoramento das ações até o cumprimento do acordado nesse Termo.

O pagamento por serviços ambientais pode ser uma ação aliada para o sucesso da adequação ambiental dos imóveis rurais impactados. Esse mecanismo, cuja utilização é prevista no Novo Código Florestal, é um instrumento de estímulo à adesão ao PRA por parte dos produtores rurais, garantindo, dessa forma, a manutenção e ampliação dos serviços ecossistêmicos.

Abaixo, está representado o macro fluxo de fomento ao CAR e PRA no território 1 representando a integração com as ferramentas ISA e PASEA.



*Figura 01 – Macro fluxo de implantação do CAR e PRA através do ZAP, ISA e PASEA*

## 4.2 Planejamento



Atividades do projeto	Objetivo	Início	Fim
<b>Adequação Ambiental entre Fundão e Candonga</b>			
<b>Planejamento do Projeto</b>			
Formalização de Parcerias	Contratação e formulação de termos de cooperação para elaboração e retificação de CAR e PRA em Minas Gerais	Jun-16	Dez-16
<b>Execução do Projeto</b>			
CAR	Validação interna, elaboração, retificação e protocolo do CAR das propriedades mapeadas e integrantes do programa de retomada de atividades agropecuárias	Jan-17	Jun-18
PRA	Elaboração e protocolo do plano de adequação e TC com base nos projetos desenvolvidos <sup>2</sup>	Jan-19	Dez-20

<sup>2</sup> O PASEA emitido pela EMATER é composto também por recomendações de ações de regularização ambiental que poderão formar o PRA do proprietário no momento em que houver a sua regularização.

<b>Encerramento do Projeto</b>			
Entrega de documentação aos órgãos ambientais	Entrega da documentação relacionada ao CAR e PRA das propriedades onde a Fundação renova atuou	Dez-20	Jun-21
<b>Adequação Ambiental entre Candonga e Regência</b>			
<b>Planejamento do Projeto</b>			
Formalização de Parcerias	Contratação e formulação de termos de cooperação para elaboração e retificação de CAR e PRA em Minas Gerais e Espírito Santo	Jun-17	Abr-18
<b>Execução do Projeto</b>			
CAR	Validação interna, elaboração, retificação e protocolo do CAR das propriedades mapeadas e integrantes do programa de retomada de atividades agropecuárias	Abr-18	Mar-23
PRA	Elaboração e protocolo do plano de adequação e TC com base nos projetos desenvolvidos <sup>3</sup>	Jan-19	Dez-25
<b>Encerramento do Projeto</b>			
Entrega de documentação aos órgãos ambientais	Entrega da documentação relacionada ao CAR e PRA das propriedades onde a Fundação renova atuou	Dez-21	Mar-26

<sup>3</sup> O PASEA emitido pela EMATER é composto também por recomendações de ações de regularização ambiental que poderão formar o PRA do proprietário no momento em que houver a sua regularização.